

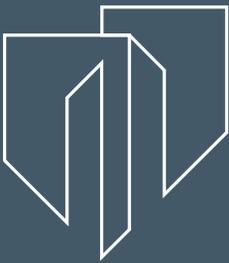


DEMETERCO
SADE
ADVOGADOS

PORTFÓLIO
DE DIREITO
ADMINISTRATIVO







Este portfólio reúne a expertise do escritório Demeterco Sade Advogados na área de Direito Administrativo, com especial atenção às demandas jurídicas que envolvem licitações, regulação, concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs). Nosso trabalho é pautado pela excelência técnica, visão estratégica e profundo conhecimento das normas que regem a atuação da Administração Pública.



Sumário

01 Gestão Jurídica de Concessões e PPPs 05

02 Governança Regulatória 15

03 Modelagem Jurídica de Concessões e PPPs 21

04 Resíduos Sólidos e Drenagem de Águas Pluviais 35

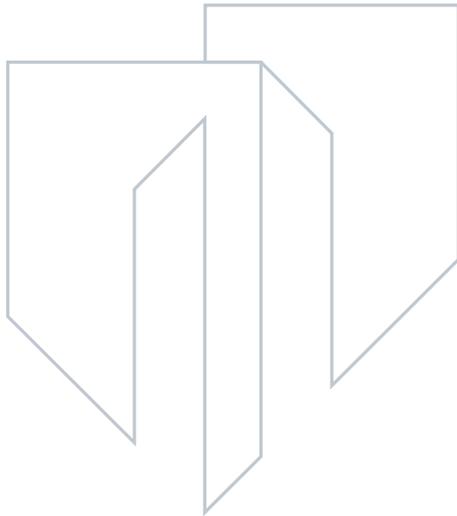
05 Assessoria Jurídica em Licitações 41

06 Coordenação 49

1



GESTÃO JURÍDICA DE CONCESSÕES E PPPS





Ciclo de Vida de um contrato de Concessão e PPP

GESTÃO JURÍDICA DE CONCESSÕES E PPPS

A manutenção do equilíbrio contratual ao longo de toda a vigência de uma concessão ou PPP é um desafio contínuo e estratégico. O êxito da concessão não depende apenas de sua estruturação e modelagem inicial, mas da capacidade do concessionário em gerir riscos, adaptar-se a mudanças e proteger sua posição econômica e operacional diante de um ambiente dinâmico e regulado. É nesse contexto que o escritório se posiciona como um parceiro essencial, apoiando não apenas a execução do contrato, mas também a sua gestão com inteligência jurídica e estratégica.

O produto compreende desde a fase de assinatura do contrato e implementação da operação até a extinção do contrato e possível nova licitação. Trata-se de uma assessoria jurídica proativa e estratégica no gerenciamento do contrato e da operação para evitar ou minimizar o impacto de riscos e desequilíbrios econômico-financeiros e operacionais.

Dividimos o produto em 5 fases distintas:

FASE 1



Mobilização e Obrigações Iniciais

FASE 2



Operações e Maturação

FASE 3



Reequilíbrio e Revisões

FASE 4



Encerramento ou Renovação

FASE ESPECIAL



Reforma Tributária e Reequilíbrio Econômico-Financeiro



Ciclo de Vida de um contrato de Concessão e PPP

FASE 1



Mobilização e Obrigações Iniciais

MOMENTO CRÍTICO PARA O CONCESSIONÁRIO

- Formalização do contrato e início das operações;
- Necessidade de entrega de garantias contratuais;
- Início do relacionamento com o Poder Concedente e órgãos de controle.

SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO

- **Constituição da SPE** - Estruturação jurídica da Sociedade de Propósito Específico, assegurando conformidade regulatória e base jurídica sólida para a operação da concessão.
- **Gestão de Garantias e Seguros Contratuais** - Assessoria na constituição de garantias financeiras e execução de cauções. Mecanismos para reduzir riscos e assegurar a execução do contrato.
- **Desenho do Plano de Relacionamento com os envolvidos** - Estratégia para evitar conflitos e otimizar interações. Apoio na comunicação estratégica com as partes interessadas (Poder Concedente, Usuários, Financiadores, Agências Reguladoras, Tribunal de Contas, Ministério Público, etc).





Ciclo de Vida de um contrato de Concessão e PPP

FASE 2



Operações e Maturação

MOMENTO CRÍTICO PARA O CONCESSIONÁRIO

- Ajustes na operação e gestão tarifária;
- Cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias;
- Gerenciamento de passivos contratuais e mitigação de sanções.

SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO

- **Apoio no monitoramento adequado ao desempenho do contrato** - Análise contínua do cumprimento das obrigações contratuais, identificando riscos e oportunidades de ajuste.
- **Assessoria no cumprimento de obrigações contratuais** - Mecanismos para antecipar problemas com o Poder Concedente.
- **Assessoria em procedimentos fiscalizatórios** - Suporte jurídico em inspeções e auditorias, garantindo conformidade e mitigação de penalidades.
- **Assessoria na interface com os órgãos reguladores** - Suporte no relacionamento com agências e órgãos reguladores, assegurando o cumprimento de normas e a defesa dos interesses da concessionária.
- **Atuação em contencioso administrativo** - Autos de infração, defesas, recursos contra sanções etc.
- **Aspectos societários da Concessionária** - Alterações na estruturação societária da Concessionária ou transferência de ações/cotas.



Ciclo de Vida de um contrato de Concessão e PPP

FASE 2



Operações e Maturação

SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO

- **Bens da Concessão** - Apoio na gestão jurídica da infraestrutura utilizada pelo Concessionário.
- **Transparência** - Apoio na prestação de contas e acesso a informações relevantes para os órgãos de controle e sociedade.
- **Atuação em esferas alternativas de resolução de conflitos** - Uso de Arbitragem, Mediação, Conciliação e Board Resolution como mecanismos para evitar litígios judiciais prolongados.
- **Atuação em contencioso judicial** - Contratual, improbidade administrativa, responsabilidade civil, consumidor, ambiental, tributário e desapropriações.
- **Transferência da concessão** - Assessoria na cessão dos direitos e obrigações contratuais, garantindo conformidade legal e segurança na sucessão do contrato.
- **Assessoria em casos de intervenção do Poder Concedente** - Casos de encampação e caducidade da concessão.



Ciclo de Vida de um contrato de Concessão e PPP

FASE 3



Reequilíbrio e Revisões

MOMENTO CRÍTICO PARA O CONCESSIONÁRIO

- Necessidade de reajustes e revisões tarifários e reequilíbrios financeiros;
- Necessidade de extensão de prazo, reequilíbrio econômico-financeiro ou novas regras de concessão.

SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO

- **Reajustes e Revisões Tarifários** - Apoio ao ajuste contínuo do contrato para evitar desequilíbrios econômico-financeiros. Apoio nos procedimentos de reajuste tarifário anual e nas revisões tarifárias periódicas.
- **Assessoria em negociações com financiadores garantidores.**
- **Interferências unilaterais do Poder Público e Fatos do Príncipe** - Defesa jurídica contra impactos causados por decisões estatais.
- **Avaliação de receitas acessórias** - Apoio jurídico para viabilizar oportunidades para monetizar a concessão dentro dos limites contratuais e legais.
- **Gestão jurídica para redução de custos operacionais e tributários** - Apoio para redução de custos por meio de renegociação contratual e otimização tributária.
- **Estratégia de defesa e negociação de reequilíbrio contratual** - Assessoria na argumentação e sustentação técnica e jurídica para revisões, repactuações contratuais e mudanças operacionais, que gerem reflexos no equilíbrio econômico-financeiro, operacional ou regulatório.
- **Negociação de prorrogação e extensão de prazo da concessão** - Estruturação da melhor abordagem para ampliar a duração do contrato para fins de reequilíbrio econômico-financeiro.



Ciclo de Vida de um contrato de Concessão e PPP

FASE 4



Encerramento ou Renovação

MOMENTO CRÍTICO PARA O CONCESSIONÁRIO

- Decisão entre encerrar a concessão ou pleitear renovação;
- Garantia de que a devolução do ativo será feita de forma segura e sem passivos ocultos;
- Possibilidade de relicitação.

SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO

- **Atuação estratégica para renovação, nova licitação ou relicitação** - Modelagem jurídica para viabilizar a continuidade do contrato ou a nova licitação.
- **Apoio na gestão de obrigações de encerramento** - Garantia de cumprimento de todos os deveres antes da devolução do ativo.
- **Apoio na gestão de passivos e contingências finais** - Encerramento de processos pendentes e mitigação de riscos pós-concessão.
- **Auditoria Jurídica para Transição Segura** - Relatórios finais para garantir que a concessionária está protegida contra questionamentos futuros.



Ciclo de Vida de um contrato de Concessão e PPP

FASE ESPECIAL



Reforma Tributária e Reequilíbrio Econômico-Financeiro

MOMENTO CRÍTICO PARA O CONCESSIONÁRIO

- Impacto da Reforma Tributária na Sustentabilidade Financeira;
- Dificuldade na Aprovação de Compensações e Ajustes Tarifários;
- Renegociação de Obrigações Contratuais;
- Revisão de Ofício pela Administração Pública em Caso de Redução de Tributos.

SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO

- **Reforma Tributária e reequilíbrio econômico-financeiro** - Apoio na identificação e apuração de desequilíbrios econômicos.

Assessoria em processos administrativos e/ou judiciais para o restabelecimento do equilíbrio em casos de aumento da carga tributária.

- **Apoio em procedimentos de:**

- a) revisão dos valores contratados;
- b) compensações financeiras, ajustes tarifários ou outros valores contratualmente devidos à contratada, inclusive a título de aporte de recursos ou contraprestação pecuniária;
- c) renegociação de prazos e condições de entrega ou fornecimento de serviços;
- d) elevação ou redução de valores devidos à administração pública, inclusive direitos de outorga;
- e) transferência a uma das partes de custos ou encargos originalmente atribuídos à outra; ou
- f) outros métodos possíveis para restaurar o equilíbrio.

Assessoria nos procedimentos para implantação de medidas de ajuste provisório do reequilíbrio.

Assessoria em procedimentos de revisão de ofício pela Administração Pública em casos de redução da carga tributária.



A MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL é essencial para a sustentabilidade de uma concessão



NOSSO PAPEL é atuar proativamente em todas as fases do contrato



COM UMA GESTÃO JURÍDICA ESTRATÉGICA E CONTÍNUA, o concessionário não apenas cumpre suas obrigações, mas protege sua posição econômica, antecipa riscos e garante a estabilidade da operação



MAIS DO QUE UMA ASSESSORIA JURÍDICA, oferecemos um suporte estratégico para que a concessão permaneça viável equilibrada e juridicamente protegida ao longo de toda a sua vigência

2



GOVERNANÇA REGULATÓRIA

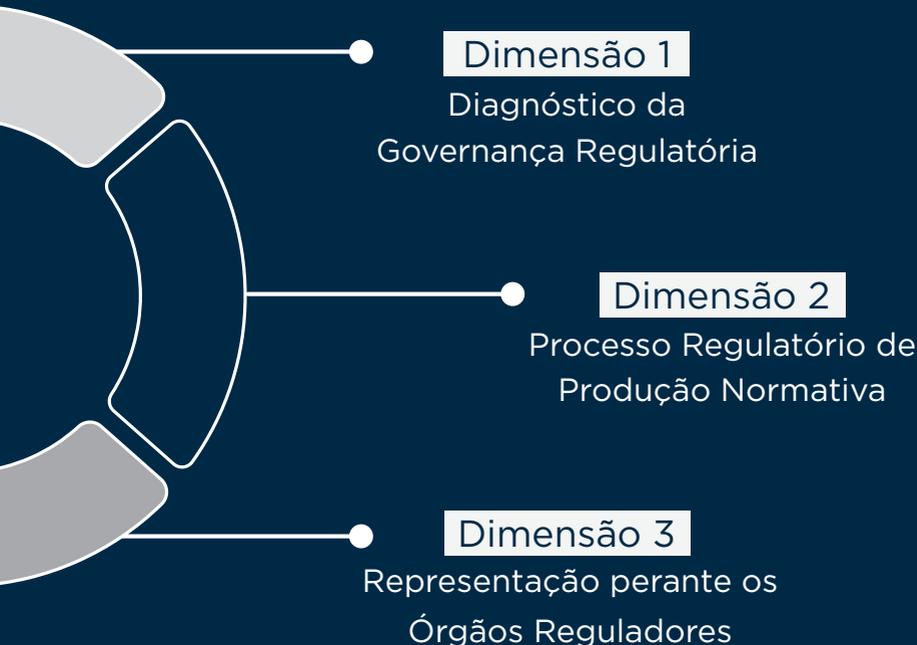


GOVERNANÇA REGULATÓRIA



Serviço especializado que assegura conformidade regulatória, reduz riscos jurídicos e acompanha todo o ciclo normativo, desde a identificação do problema até a entrada em vigor da norma.

Dimensões do Serviço





Governança Regulatória

Solução jurídica para empresas e setores regulados operarem com segurança normativa e estabilidade institucional



Dimensão 1

Diagnóstico da Governança Regulatória

Mapeamento Regulatório Inicial

- Levantamento das normas aplicáveis ao setor do cliente;
- Análise do estoque regulatório existente e sua compatibilidade com as diretrizes de boas práticas regulatórias;
- Identificação de lacunas regulatórias e possíveis riscos jurídicos;
- Relatório de Diagnóstico Regulatório Inicial.



Dimensão 2

Processo Regulatório de Produção Normativa

Atuação em todo o Procedimento de Ciclo Regulatório

- Estabelecimento de diálogo institucional estratégico com o órgão regulador;
- Atuação nos procedimentos de participação social para definição da Agenda Regulatória e para Gestão do Estoque Regulatório;
- Apoio na identificação do problema regulatório;
- Atuação em tomada de subsídios, consultas e audiências públicas;



- Assessoria no acompanhamento do procedimento de confecção da Análise de Impacto Regulatório (AIR) pelo órgão regulador;
- Assessoria no acompanhamento do procedimento de desenvolvimento de Sandbox Regulatório pelo órgão regulador;
- Atuação nos procedimentos de participação social para definição da minuta da norma regulatória;
- Interposição de recurso em face da deliberação do órgão regulador que definiu os termos finais da norma reguladora;
- Acompanhamento da entrada em vigor da nova norma;
- Apoio no acompanhamento do procedimento de monitoramento da Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) pelo órgão regulador.



Dimensão 3

Representação perante os Órgãos Reguladores

Apoio no cumprimento das exigências das normas reguladoras e defesa dos interesses do cliente perante os órgãos reguladores

- Estabelecimento de diálogo institucional estratégico com o órgão regulador;
- Assessoria em todo o procedimento de ciclo regulatório de produção normativa;



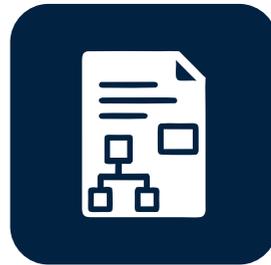
- Apoio no acompanhamento, fiscalização e monitoramento da efetividade e eficácia das normas regulatórias vigentes;
- Atuação em procedimentos fiscalizatórios;
- Atuação em contencioso administrativo, como autos de infração, processos sancionadores, defesas, recursos contra sanções etc;
- Assessoria na negociação de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC);
- Apoio nos procedimentos de reajuste tarifário anual e nas revisões tarifárias periódicas;
- Assessoria na argumentação e sustentação técnica e jurídica para revisões e repactuações e mudanças operacionais;
- Atuação em contencioso judicial.

CONCLUSÃO

A Governança Regulatória não é apenas um diferencial competitivo, mas um elemento essencial para mitigar riscos, garantir previsibilidade e assegurar conformidade normativa. Com uma abordagem estruturada e conhecedora das melhores práticas regulatórias, este serviço possibilita a prevenção de impactos operacionais, jurídicos e financeiros, bem como a defesa dos direitos dos clientes no procedimento de produção de normas dos órgãos reguladores.



3



MODELAGEM JURÍDICA DE CONCESSÕES E PPPS



MODELAGEM JURÍDICA DE CONCESSÕES E PPPS

Este documento detalha um produto jurídico especializado em modelagem de Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs), desenvolvido pelo escritório Demeterco Sade Sociedade de Advogados. O objetivo é oferecer uma assessoria jurídica estratégica e abrangente para empresas que atuam ou desejam atuar no setor de infraestrutura e de serviços públicos. A expertise do escritório em direito administrativo e regulação é o pilar central desse produto, garantindo uma abordagem criteriosa e profissional em todas as fases do processo.

As concessões e PPPs representam mecanismos essenciais para o desenvolvimento de infraestrutura e da prestação de serviços públicos, atraindo investimentos privados e promovendo a eficiência econômica e operacional. A complexidade desses projetos, no entanto, exige uma sólida base jurídica e uma compreensão aprofundada dos riscos e oportunidades envolvidos. Este produto visa mitigar os riscos jurídicos e maximizar o sucesso dos projetos para os clientes do DS Advogados.



O presente produto jurídico está estruturado em fases, delineando os momentos críticos para o cliente e os serviços específicos que serão prestados pelo escritório.



FASE 1

ANÁLISE PRELIMINAR E ESTUDO DE VIABILIDADE

Esta fase inicial é crucial para a compreensão do projeto e a identificação de seus contornos jurídicos. Envolve a avaliação da viabilidade do empreendimento sob a ótica legal e regulatória, bem como a identificação dos principais riscos e oportunidades. O escritório atuará de forma proativa, fornecendo uma análise aprofundada e estratégica para embasar as decisões do cliente.

MOMENTO CRÍTICO PARA O CLIENTE



Decisão de Participação: O cliente precisa decidir se o projeto se alinha aos seus objetivos estratégicos e capacidade de investimento. A análise jurídica preliminar é fundamental para essa tomada de decisão.



Identificação de Riscos Iniciais: A detecção precoce de riscos jurídicos, regulatórios e contratuais pode evitar problemas futuros.



Definição do Modelo de Negócio: A escolha entre concessão comum, patrocinada ou administrativa, ou outras formas de parceria, impacta diretamente a estrutura jurídica e financeira do projeto.



SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO



Análise de Editais e Documentos Preliminares: Realização de uma leitura crítica e aprofundada de editais de licitação, minutas de contrato, termos de referência, propostas comerciais, anteprojetos, estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA), e demais documentos preparatórios. Esta análise visa identificar cláusulas potencialmente problemáticas, requisitos de habilitação complexos e oportunidades estratégicas.



Pareceres Jurídicos Estratégicos: Elaboração de pareceres com foco na conformidade legal do projeto com a legislação vigente, identificando os regimes jurídicos aplicáveis, os riscos e as implicações para o cliente.



Mapeamento de Riscos e Oportunidades: Identificação e avaliação dos riscos jurídicos inerentes ao projeto, como riscos regulatórios, de licenciamento ambiental, de desapropriação, de alteração legislativa, bem como os riscos contratuais. Paralelamente, serão apontadas oportunidades para otimização da estrutura jurídica e mitigação de passivos.



Estruturação de Consórcios e Sociedades de Propósito Específico (SPE): Assessoria na formação de consórcios e na constituição de SPEs, incluindo a elaboração de acordos de acionistas, estatutos sociais e demais documentos societários. A experiência do escritório em direito societário será fundamental nesta etapa.



Assessoria em Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI): Para projetos originados por PMI, o escritório auxiliará na análise e elaboração dos documentos necessários, como minutas de edital, contrato, entre outros.



FASE 2

PROCESSO LICITATÓRIO E NEGOCIAÇÃO CONTRATUAL

Esta fase abrange o período desde a publicação do edital de licitação até a assinatura do contrato de concessão ou PPP. É um momento de intensa atividade e de grande importância estratégica, onde a assessoria jurídica especializada do DS Advogados se torna um diferencial competitivo para o cliente. A atuação do escritório visa garantir a conformidade com as normas licitatórias, a mitigação de riscos e a otimização das condições contratuais.

MOMENTO CRÍTICO PARA O CLIENTE



Análise do Edital e Anexos: A compreensão integral de todas as cláusulas e requisitos do edital é fundamental para evitar desclassificações e para a formulação de uma proposta competitiva. O edital e seus anexos, como minutas de contrato e diretrizes para elaboração da proposta técnica, são documentos complexos que exigem análise minuciosa.



Preparação da Proposta: A elaboração da proposta técnica e comercial deve ser impecável, refletindo a capacidade do licitante e atendendo a todas as exigências do edital. Erros ou omissões podem levar à inabilitação ou desclassificação.



Impugnações e Pedidos de Esclarecimento: A necessidade de impugnar o edital ou solicitar esclarecimentos sobre seus termos é um momento crítico que exige agilidade e conhecimento técnico-jurídico para garantir a lisura e a clareza do processo.



MOMENTO CRÍTICO PARA O CLIENTE



Negociação Contratual: A fase de negociação, especialmente em PPPs, permite aprimorar as condições do contrato, alinhando-as aos interesses do cliente e mitigando riscos futuros.



Habilitação e Assinatura do Contrato: A verificação da documentação de habilitação e a formalização do contrato são etapas finais que demandam atenção aos detalhes para evitar entraves à concretização do projeto.

SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO



Análise e Pareceres sobre o Edital e Anexos: Realização de uma análise exaustiva do edital de licitação, minuta de contrato, anexos e demais documentos complementares, como os modelos de seguro garantia e fiança bancária. O escritório emitirá pareceres jurídicos detalhados, apontando riscos, oportunidades e sugerindo estratégias para a participação no certame. A análise incluirá a conformidade com as diretrizes para elaboração e julgamento da proposta técnica e o termo de referência para a proposta comercial.



Elaboração de Impugnações e Pedidos de Esclarecimento: Preparação e apresentação de impugnações ao edital e pedidos de esclarecimento, visando a correção de ilegalidades, ambiguidades ou omissões que possam prejudicar a competitividade do cliente ou a lisura do processo licitatório. A experiência do escritório em contencioso administrativo será crucial nesta etapa.



Assessoria na Preparação da Proposta: Orientação e revisão da proposta técnica e comercial do cliente, garantindo a conformidade com os requisitos do edital e a maximização da pontuação. Isso inclui a verificação de documentos como a carta de habilitação, modelo de proposta comercial, declaração de regularidade trabalhista, declaração de ausência de impedimento e procuração. O escritório também auxiliará na elaboração de declarações específicas, como a de participação em visita técnica ou de conhecimento do local de implantação, e a carta de encaminhamento dos documentos de qualificação.



Suporte em Diligências e Negociações: Acompanhamento do cliente em todas as etapas do processo licitatório, incluindo sessões públicas, diligências e negociações com a Administração Pública. O escritório atuará na defesa dos interesses do cliente, buscando as melhores condições contratuais e a mitigação de riscos.



Assessoria na Habilitação e Assinatura do Contrato: Verificação da documentação de habilitação e acompanhamento da assinatura do contrato, garantindo que todos os termos e condições estejam em conformidade com o que foi negociado e com a legislação aplicável. Isso inclui a análise da minuta de contrato e a declaração de pleno conhecimento do edital.



“ Transformamos complexidade jurídica em vantagem competitiva — da análise do edital à assinatura do contrato, cada detalhe é uma oportunidade estratégica. ”



FASE 3

GESTÃO CONTRATUAL E PÓS-ASSINATURA

Após a assinatura do contrato, a gestão jurídica contínua é fundamental para o sucesso e a longevidade do projeto. Esta fase envolve o acompanhamento da execução contratual, a gestão de pleitos e reequilíbrios econômico-financeiros, a resolução de conflitos e a assessoria em eventuais alterações contratuais. O DS Advogados oferece um suporte jurídico completo para garantir a segurança e a estabilidade do empreendimento ao longo de toda a sua vigência.

MOMENTO CRÍTICO PARA O CLIENTE



Início da Execução Contratual: A fase de implantação do projeto pode apresentar desafios inesperados, exigindo agilidade na resolução de questões jurídicas e regulatórias.



Reequilíbrio Econômico-Financeiro: Eventos supervenientes ou alterações nas condições de mercado podem gerar a necessidade de reequilíbrio do contrato, um processo complexo que demanda expertise jurídica e econômica.



Gestão de Pleitos e Conflitos: Disputas com a Administração Pública, fornecedores ou outros stakeholders podem surgir, exigindo uma atuação jurídica estratégica para proteger os interesses do cliente.



Alterações Contratuais: A necessidade de aditar o contrato para incluir novas obrigações, prorrogar prazos ou alterar condições exige uma análise jurídica cuidadosa para evitar nulidades ou prejuízos.



Fiscalização e Auditoria: A submissão a fiscalizações e auditorias por parte dos órgãos de controle exige a apresentação de documentação e informações precisas, bem como a defesa dos atos praticados pelo cliente.

SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO



Assessoria na Execução Contratual: Suporte jurídico contínuo durante a fase de implantação e operação do projeto, incluindo a análise de questões contratuais, regulatórias e ambientais que possam surgir. Isso envolve a interpretação de cláusulas contratuais e a orientação sobre as melhores práticas para o cumprimento das obrigações.



Gestão de Reequilíbrios Econômico-Financeiros: Atuação na elaboração e defesa de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, decorrentes de eventos como mudanças macroeconômicas, alterações legislativas ou regulatórias, ou atos da Administração Pública. O escritório realizará a análise de impacto, a elaboração de memoriais e a negociação com o Poder Concedente, utilizando a expertise em contratos e regulação.



SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO



Resolução de Conflitos, Contencioso e Termos de Ajustamento de Condutas: Representação do cliente em processos administrativos, arbitrais ou judiciais decorrentes de conflitos contratuais, incluindo a defesa de interesses em casos de aplicação de penalidades e negociação e confecção de termos de ajustamento de condutas. A experiência do escritório em contencioso administrativo e regulatório será fundamental para a defesa dos direitos do cliente.



Elaboração de Aditamentos: Redação e negociação de termos aditivos e outros instrumentos jurídicos para formalizar alterações contratuais, garantindo a segurança jurídica e a conformidade com a legislação. Isso inclui a análise de impacto das alterações e a negociação de novas condições.



Assessoria em Processos de Fiscalização e Auditoria: Preparação do cliente para fiscalizações e auditorias realizadas pelos órgãos de controle, incluindo a organização da documentação, a elaboração de respostas a questionamentos e a defesa de eventuais irregularidades apontadas. A atuação proativa do escritório visa minimizar riscos e garantir a conformidade.

“

Na execução contratual, somos o escudo jurídico que antecipa riscos, defende interesses e transforma desafios em soluções seguras e sustentáveis.

”



FASE 4

RENOVAÇÃO, PRORROGAÇÃO OU ENCERRAMENTO CONTRATUAL E PÓS-CONTRATO

Esta fase final do ciclo de vida de uma concessão ou PPP envolve o encerramento do contrato, rescisão ou encampação, e as atividades pós-contrato. É um momento que exige planejamento e assessoria jurídica especializada para garantir uma transição suave e a proteção dos interesses do cliente. O DS Advogados oferece suporte para assegurar que o encerramento contratual ocorra de forma eficiente e em conformidade com a legislação.

MOMENTO CRÍTICO PARA O CLIENTE



Renovação, Prorrogação ou Término do Contrato: A aproximação do fim do prazo contratual exige planejamento para a sua renovação ou prorrogação, quando for o caso, ou também para a apuração do saldo contratual, a devolução dos bens reversíveis, a desmobilização da operação e a regularização de pendências.



Rescisão ou Encampação: Em casos de rescisão unilateral pela Administração Pública ou encampação, o cliente enfrenta a necessidade de defender seus direitos e buscar a justa indenização.



Auditorias Finais: A submissão a auditorias de encerramento de contrato requer a apresentação de documentação completa e a defesa dos atos praticados ao longo da concessão.



MOMENTO CRÍTICO PARA O CLIENTE



Novos Projetos: O encerramento de um contrato pode abrir portas para novas oportunidades, exigindo uma análise estratégica para a participação em futuros projetos.

SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO



Atuação estratégica para renovação, prorrogação, nova licitação ou relicitação: Assessoria na modelagem jurídica para viabilizar a continuidade do contrato ou a nova licitação.



Assessoria em Processos de Reversão de Bens: Orientação jurídica na preparação e acompanhamento dos processos de reversão de bens, garantindo que os ativos sejam devolvidos à Administração Pública em conformidade com as cláusulas contratuais e a legislação aplicável. Isso inclui a análise de inventários e a negociação de eventuais divergências.



Defesa em Processos de Rescisão ou Encampação: Representação do cliente em processos administrativos ou judiciais de rescisão unilateral do contrato ou encampação, buscando a defesa dos direitos do concessionário e a justa indenização pelos investimentos não amortizados e lucros cessantes. A expertise do escritório em contencioso administrativo e judicial será fundamental nesta etapa.



Suporte em Auditorias de Encerramento: Preparação e acompanhamento de auditorias realizadas pelos órgãos de controle no encerramento do contrato, auxiliando na organização da documentação, na elaboração de respostas a questionamentos e na defesa de eventuais apontamentos. O objetivo é garantir a conformidade e evitar a aplicação de penalidades.



Análise de Novas Oportunidades: Assessoria na identificação e análise de novas oportunidades de concessões e PPPs, utilizando a experiência adquirida no projeto anterior para otimizar a participação em futuros certames.

CONCLUSÃO

O produto jurídico de modelagem de concessões e PPPs do Demeterco Sade Sociedade de Advogados oferece uma solução completa e especializada para empresas que buscam segurança jurídica e sucesso em projetos de infraestrutura e de serviços públicos. A abordagem segmentada, a identificação de momentos críticos e a oferta de serviços exclusivos demonstram o compromisso do escritório com a excelência e a proteção dos interesses de seus clientes. Com uma equipe altamente qualificada e um profundo conhecimento do direito administrativo e regulatório, o escritório se posiciona como um parceiro estratégico indispensável para o desenvolvimento de projetos de todos os tamanhos.



4



RESÍDUOS SÓLIDOS E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS



RESÍDUOS SÓLIDOS E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

1

FASE DE ASSINATURA

MOMENTO CRÍTICO PARA O CONCESSIONÁRIO

- Formalização do contrato e início das operações.
- Necessidade de entrega de garantias contratuais.
- Início do relacionamento com o Poder Concedente e órgãos de controle.

SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO

- **Constituição da SPE:** Estruturação jurídica da Sociedade de Propósito Específico, assegurando conformidade regulatória e base jurídica sólida para a operação da concessão.E
- **Assessoria na constituição de garantias financeiras e execução de cauções:** Mecanismos para reduzir riscos e assegurar a execução do contrato.
- **Desenho do Plano de Relacionamento com os envolvidos:** Estratégia para evitar conflitos e otimizar interações. Apoio na comunicação estratégica com as partes interessadas (Poder Concedente, Usuários, Financiadores, ANA, Agências Reguladoras Infranacionais, Tribunal de Contas, Ministério Público, etc).



2

FASE DE OPERAÇÃO E MATURAÇÃO (PERÍODO ORDINÁRIO DE GESTÃO)

MOMENTO CRÍTICO PARA O CONCESSIONÁRIO

- Ajustes na operação e na gestão da remuneração pela prestação do serviço.A
- Cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias.
- Necessidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, operacional e regulatório do contrato.
- Gerenciamento de passivos contratuais e mitigação de sanções.
- Necessidade de extensão de prazo, reequilíbrio econômico-financeiro ou novas regras de concessão.

SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO

- **Apoio no monitoramento adequado do desempenho do contrato:** Análise contínua do cumprimento das obrigações contratuais, identificando riscos e oportunidades de ajuste.
- **Assessoria no cumprimento de obrigações contratuais:** Mecanismos para antecipar problemas com o Poder Concedente.
- **Atuação em procedimentos fiscalizatórios:** Suporte jurídico em inspeções e auditorias, garantindo conformidade e mitigação de penalidades.



2

SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO

- **Assessoria na interface com os órgãos reguladores:** Suporte no relacionamento com a ANA e agências reguladoras infranacionais, assegurando o cumprimento de normas e a defesa dos interesses da concessionária.
- **Participação Social:** Apoio nos procedimentos de audiências e consultas públicas nas Agências Reguladoras competentes.
- **Atuação em contencioso administrativo:** Autos de infração, defesas, recursos contra sanções etc.
- **Equilíbrio das formas de remuneração pela prestação do serviço:** Apoio ao ajuste contínuo do contrato para evitar desequilíbrios econômico-financeiros.
- **Apoio nos procedimentos:** Reajustes e revisões tarifários, quando for o caso de remuneração por tarifa.
- **Assessoria** quando da alocação de recursos públicos federais e/ou da concessão de financiamentos com recursos da União em Municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública.
- **Assessoria em negociações** com financiadores e garantidores.
- **Interferências unilaterais do Poder Público e Fatos do Príncipe:** Defesa jurídica contra impactos causados por decisões estatais.
- **Avaliação de receitas acessórias:** Apoio jurídico para viabilizar oportunidades para monetizar a concessão dentro dos limites contratuais e legais.



2

SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO

- **Gestão jurídica para redução de custos operacionais e tributários:** Apoio para redução de custos por meio de renegociação contratual e otimização tributária.
- **Aspectos societários da Concessionária:** Alterações na estruturação societária da Concessionária ou transferência de ações/cotas.
- **Bens da Concessão:** Apoio na gestão jurídica da infraestrutura utilizada pelo Concessionário.
- **Transparência:** Apoio na prestação de contas e acesso a informações relevantes para os órgãos de controle e sociedade.
- **Atuação em esferas alternativas de resolução de conflitos:** Uso de Arbitragem, Mediação, Conciliação e *Board Resolution* como mecanismos para evitar litígios judiciais prolongados.
- **Atuação em contencioso judicial:** Contratual, improbidade administrativa, responsabilidade civil, consumidor, ambiental, tributário e desapropriações.
- **Estratégia de defesa e negociação de reequilíbrio contratual:** Assessoria na argumentação e sustentação técnica e jurídica para revisões e repactuações contratuais e mudanças operacionais, que gerem reflexos no equilíbrio econômico-financeiro, operacional ou regulatório.
- **Negociação de prorrogação e extensão de prazo da concessão:** Estruturação da melhor abordagem para ampliar a duração do contrato para fins de reequilíbrio econômico-financeiro.



3

- **Transferência da concessão:** Assessoria na cessão dos direitos e obrigações contratuais, garantindo conformidade legal e segurança na sucessão do contrato.
- **Assessoria em casos de intervenção do Poder Concedente:** Casos de encampação e caducidade da concessão.

FASE DE ENCERRAMENTO OU RENOVAÇÃO

MOMENTO CRÍTICO PARA O CONCESSIONÁRIO

- Decisão entre encerrar a concessão ou pleitear renovação.
- Garantia de que a devolução do ativo será feita de forma segura e sem passivos ocultos.
- Possibilidade de relicitação.

SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO

- **Atuação estratégica para renovação, nova licitação ou relicitação:** Modelagem jurídica para viabilizar a continuidade do contrato ou a nova licitação.
- **Apoio na gestão de obrigações de encerramento:** Garantia de cumprimento de todos os deveres antes da devolução do ativo.
- **Apoio na gestão de passivos e contingências finais:** Encerramento de processos pendentes e mitigação de riscos pós-concessão.
- **Auditoria Jurídica para Transição Segura:** Relatórios finais para garantir que a concessionária está protegida contra questionamentos futuros.

5



ASSESSORIA JURÍDICA EM LICITAÇÕES



FASE 1

SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO

- Análise proativa de Planos de Contratações Anuais (PCA) de órgãos públicos de interesse, identificando futuras oportunidades de negócio e antecipando requisitos.
- Monitoramento e análise de consultas e audiências públicas relativas a futuras licitações, permitindo a sugestão de alterações e a preparação antecipada para os termos do edital.
- Consultoria para a preparação interna da empresa, incluindo a organização de documentos de habilitação e a análise de capacidade técnica e econômico-financeira frente a potenciais editais.
- Elaboração de pedidos de esclarecimentos e questionamentos sobre minutas de editais ou termos de referência disponibilizados em consulta pública.

PREPARATÓRIA



MOMENTOS CRÍTICOS

O cliente que pretende participar de futuras licitações pode ser impactado por definições inadequadas do objeto, requisitos de habilitação excessivos ou restritivos, critérios de julgamento subjetivos ou direcionados, e pela ausência de um estudo técnico preliminar robusto que justifique a contratação.

A identificação de potenciais irregularidades nesta fase, através do acompanhamento de consultas públicas, audiências públicas ou da análise de planos de contratações anuais (PCA), pode ser crucial para garantir um certame justo e competitivo.

Empresas que se preparam com antecedência, analisando os PCAs e os estudos técnicos preliminares quando disponíveis, ganham vantagem competitiva.



FASE 2

SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO

- Análise jurídica minuciosa do edital e seus anexos, identificando cláusulas restritivas, ilegais, contraditórias ou omissas que possam prejudicar a participação ou a competitividade do cliente.
- Elaboração de pedidos de esclarecimentos sobre pontos dúbios ou omissos do edital, buscando obter respostas formais da Administração que vinculem sua interpretação.
- Preparação e interposição de impugnações administrativas contra o edital, fundamentadas juridicamente, visando a correção de irregularidades e a garantia de um certame isonômico.
- Orientação estratégica sobre a viabilidade de participação na licitação, considerando os riscos e oportunidades identificados na análise do edital.
- Consultoria para a correta interpretação de todas as exigências do edital, auxiliando na preparação da documentação e da proposta. Orientação sobre a possibilidade e estratégia para eventual discussão judicial.

DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO



MOMENTOS CRÍTICOS

Com a publicação do edital, o cliente licitante tem um prazo, geralmente exíguo, para analisar detalhadamente todas as suas cláusulas, identificar possíveis ilegalidades, omissões, contradições ou exigências restritivas à competitividade.

A não identificação e questionamento tempestivo desses pontos pode levar à preclusão do direito de impugnar ou representar contra o edital. A correta interpretação de todas as exigências é fundamental para a elaboração de uma proposta vencedora e para evitar a inabilitação ou desclassificação.



FASE 3

SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO

- Revisão final da proposta e da documentação de habilitação antes do envio, verificando a conformidade com todas as exigências do edital e minimizando os riscos de desclassificação ou inabilitação.
- Assessoria na correta formatação e envio eletrônico ou físico das propostas, conforme as regras do certame.
- Acompanhamento da sessão de abertura das propostas e da etapa de lances (quando houver), com orientação estratégica em tempo real para a oferta de lances competitivos.
- Registro e documentação de todos os atos ocorridos durante a sessão pública para eventual instrução de recursos.

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES



MOMENTOS CRÍTICOS

Para o cliente licitante, esta é a fase de materializar todo o preparo.

Erros na elaboração da proposta (documentação incompleta, falhas formais, descumprimento de especificações técnicas, preços inexequíveis ou excessivos) podem levar à desclassificação sumária.

A correta formatação dos documentos, o atendimento a todas as exigências do edital e a apresentação de uma proposta competitiva são cruciais.

Na etapa de lances (quando houver), a estratégia de oferta e o acompanhamento em tempo real são determinantes.



FASE 4

JULGAMENTO



SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO

- Acompanhamento da sessão de julgamento das propostas.
- Análise detalhada das atas de julgamento e das decisões da comissão de licitação ou do pregoeiro.
- Identificação de eventuais irregularidades no julgamento, como a desclassificação indevida da proposta do cliente ou a classificação irregular de propostas de concorrentes (ex: preços inexequíveis, não atendimento a especificações técnicas).
- Preparação de questionamentos e memoriais a serem apresentados à comissão de licitação durante a fase de julgamento, se permitido pelo rito.
- Orientação sobre a necessidade e viabilidade de interposição de recurso administrativo.
- Orientação sobre a possibilidade e estratégia para eventual discussão judicial.

MOMENTOS CRÍTICOS

Esta fase é crucial. A análise incorreta da sua proposta pela comissão de licitação, a desclassificação indevida, ou o julgamento de propostas de concorrentes que não atendem aos requisitos do edital são riscos significativos.

É fundamental acompanhar de perto os critérios utilizados pela Administração e estar preparado para questionar decisões que pareçam ilegais ou anti-isonômicas.



FASE 5

SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO

- Orientação completa sobre a documentação de habilitação exigida no edital, incluindo a verificação da validade e conformidade de todas as certidões e atestados.
- Auxílio na obtenção e organização dos documentos necessários, garantindo a sua correta apresentação.
- Acompanhamento da sessão de análise dos documentos de habilitação.
- Análise da documentação de habilitação de concorrentes, identificando possíveis irregularidades que possam fundamentar questionamentos ou recursos.
- Defesa administrativa em caso de questionamentos sobre a documentação do cliente.
- Orientação sobre a possibilidade e estratégia para eventual discussão judicial.

HABILITAÇÃO



MOMENTOS CRÍTICOS

Para o licitante declarado vencedor na fase de propostas, o momento crítico é apresentar toda a documentação de habilitação exigida no edital, de forma completa, correta e dentro do prazo.

Qualquer falha pode levar à inabilitação e à perda da licitação. Para os demais licitantes, é o momento de fiscalizar a documentação do vencedor e, caso identifiquem irregularidades, apresentar os devidos questionamentos ou recursos.



FASE 6

RECURSAL



SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO

- Análise da decisão administrativa e identificação dos fundamentos para interposição de recurso.
- Elaboração e interposição de recursos administrativos robustos e tecnicamente fundamentados, dentro dos prazos legais, buscando a reforma de decisões desfavoráveis (desclassificação, inabilitação, anulação de atos, etc).
- Elaboração e apresentação de contrarrazões a recursos interpostos por concorrentes, defendendo a manutenção de decisões favoráveis ao cliente.
- Acompanhamento do julgamento dos recursos pela autoridade competente.
- Orientação sobre a possibilidade e estratégia para eventual discussão judicial.

MOMENTOS CRÍTICOS

Para o cliente licitante que se sentir prejudicado por alguma decisão da Administração (seja na fase de julgamento ou habilitação), este é o momento de exercer o seu direito de defesa.

A elaboração de um recurso bem fundamentado, com argumentos jurídicos sólidos e provas robustas, é essencial para reverter uma decisão desfavorável.

Perder o prazo ou apresentar um recurso frágil pode significar a perda definitiva da oportunidade de contratar com a Administração.

Da mesma forma, é crucial apresentar contrarrazões consistentes caso um concorrente recorra da decisão que beneficiou o cliente.



FASE 7

SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO

- Acompanhamento do ato de homologação e adjudicação do objeto.
- Orientação sobre os próximos passos para a assinatura do contrato administrativo.
- Análise da minuta do contrato a ser assinado, verificando sua conformidade com o edital e a proposta vencedora.
- Orientação sobre a possibilidade e estratégia para eventual discussão judicial.

HOMOLOGAÇÃO



MOMENTOS CRÍTICOS

A homologação é a confirmação final do resultado e o passo que antecede a convocação para assinatura do contrato.

Qualquer vício ocorrido nas fases anteriores que não tenha sido sanado pode, em tese, impedir a homologação ou ensejar sua anulação posterior.

É importante que o processo tenha transcorrido de forma regular até este ponto.

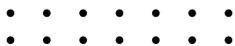
6



COORDENAÇÃO |



COORDENAÇÃO



Sócio-Fundador

Antenor Demeterco Neto

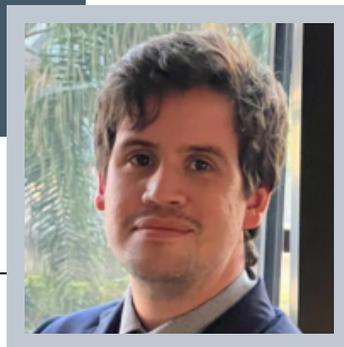
adneto@dfds.adv.br

Advogado com mais de 25 anos de experiência na área de Direito Público, Regulação, Concessões e PPPs. Foi Diretor de Fiscalização e Qualidade dos Serviços da Agência Reguladora do Paraná – AGEPAR (2020-2024), onde também exerceu a função interina de Diretor-Presidente por diversas ocasiões. Doutor em Direito Econômico e Socioambiental pela PUCPR. Mestre em Organizações e Desenvolvimento pela FAE – *Business School*. MBA em Direito da Economia e da Empresa pela ISAE/FGV. Pós-Graduado em Direito Tributário Contemporâneo pela Faculdade de Direito de Curitiba. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (1999). Membro do Conselho Consultivo da *Lexnet - Law Firms Alliance* (2016-2020). Assessor jurídico do CETRANPR (2012-2015). Conselheiro Fiscal Suplente do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP (Extinto) (2012-2016). Presidente da Comissão de Direito Econômico da OABPR (2011-2015). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Regulatório - IBDRE. Membro da Associação Brasileira de Direito e Economia - ABDE. Membro da Academia Paranaense de Direito e Economia - ADEPAR. Membro do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral - IPRADE.



Sócio
João Victor Ruiz Martins

joao.victor@dfds.adv.br



Advogado com experiência técnica na definição de metodologias tarifárias e avaliação de desequilíbrios contratuais. Foi Assessor Especial e Diretor Interino de Regulação Econômica da Agência Reguladora do Paraná - AGEPAR. Mestre em Direito pela UFPR. LLM *Erasmus em Direito & Economia*, com ênfase em regulação de mercados (*Universidade de Haifa - Israel, Erasmus University Rotterdam - Holanda e Università di Roma LUMSA - Itália*).



DEMETERCO SADE ADVOGADOS



R. Marechal Hermes, 1413
Bairro: Ahú - Cep: 80540-290
Curitiba/PR - Brasil



www.dfds.adv.br/



+55 41 3099-9899